

REFLEXÕES SOBRE O DISCURSO JORNALÍSTICO: CONTRIBUIÇÕES PARA INTERPRETAÇÃO

REFLECTIONS ON THE JOURNALISTIC SPEECH: CONTRIBUTIONS FOR INTERPRETATION

Magda Regina Lourenço Cyrre¹

magcyrre@gmail.com

Resumo: O presente artigo situa suas reflexões nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa fundada por Michel Pêcheux. Seu objetivo é refletir sobre as características do discurso jornalístico sobre política e sua contribuição para o estudo da interpretação. Como procedimentos metodológicos, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a análise comparativa de sequências discursivas sobre política extraídas de três impressos de circulação no Estado do Rio Grande do Sul. Os resultados das análises apontam para o tratamento interpretativo dado às informações antes de sua publicação pelos impressos, além da possibilidade de trabalhar em sala de aula com os aspectos interpretativos do discurso jornalístico.

Palavras-chave: Discurso. Texto de jornal. Interpretação.

Abstract: The present article points out its reflections on the basis of the estimated theoreticians of the Analysis of the Speech of French line established by Michel Pêcheux. The objective of this study is to reflect on the characteristics of the journalistic speech on politics and its contribution for the study of the interpretation. As methodological procedures, we use the bibliographical research and the comparative analysis of discourses on politics sequences extracted of three printed matters of circulation in the Rio Grande do Sul. The results of the analyses point to the interpretive treatment given to information before its publication by printed, besides the possibility of work in the classroom with the interpretative aspects of journalistic discourse.

Key words: Discourse. Text of paper. Interpretation.

1 Introdução

O texto de jornal é um objeto linguístico-histórico estruturado e que organiza, em sua discursividade, a ordem da língua e a ordem das coisas: a sua materialidade, segundo a teoria da Análise do Discurso francesa. O texto jornalístico não é uma unidade fechada e é incompleto; se o considerarmos como discurso, reinstala-se a sua incompletude. Em vista disso, estudar o texto/discurso de jornal significa compreender não só como o texto produz sentido, mas para qual sociedade historicamente determinada produz sentido. Já que a mídia - enquanto detentora do poder de fazer-saber - é capaz de revelar a produção de uma mercadoria para um público determinado, pode direcionar esse produto-mercadoria para

¹ Doutoranda em Teorias do Texto e do Discurso pela UFRGS, Mestre em Estudos de Linguagem, Profª adjunta da Unisinos e da FAPA.

produzir ou reforçar mensagens ideológicas e, com isso, desqualificar os sujeitos do acontecimento noticiado, ou mesmo vir a enaltecê-los. Isso implica compreender tanto como os sentidos estão no texto/discurso quanto como ele pode ser lido.

Segundo palavras de Orlandi (1998, p. 61), “O texto não é ponto absoluto de partida nem ponto absoluto de chegada.” Portanto, ao analisar o texto de jornal, não é sobre o texto que falaremos, mas sobre os discursos aí presentes. Isso acarreta trabalhar, simultaneamente, com a língua e com o interdiscurso e com todas as suas implicações ideológicas. Porque, de acordo com essa perspectiva discursiva, interpretar não é atribuir sentidos, mas “expor-se à opacidade do texto” (PÊCHEUX apud ORLANDI; 1998, p. 16). Vista sob essa perspectiva, a análise do texto/discurso de jornal é uma atividade complexa que não se limita ao texto, ela traz para si uma exterioridade. Isso quer dizer que a produção da mercadoria-notícia - enquanto processo de atualização de acontecimentos detentores de um discurso ideológico - também pode (re)velar uma articulação de nível simbólico que produz mitos e preconceitos sobre algumas personalidades ou movimentos sociais.

Observamos que - conforme ocorre a cobertura jornalística da imprensa para determinados acontecimentos políticos, por exemplo - há uma repercussão espetacular. Com isso, percebemos que a mídia impressa, com sua Formação Discursiva específica e sua Formação Ideológica e posições-sujeito, tem o poder de não só selecionar os acontecimentos políticos por meio das matérias que são noticiadas mas também de atualizar os sentidos veiculados para atender a interesses ou a necessidades de consumo do público-leitor. A mídia impressa molda e constrói os efeitos de sentidos sobre o acontecimento político que noticia, no momento em que dá um tratamento especial à linguagem que é empregada para compor a notícia. A materialidade linguística passa por um processo de apagamento de marcas formais de subjetivação.

Esse processo de organização da atividade jornalística torna o jornal e a notícia uma mercadoria. Essa metáfora foi formulada com base no conceito marxista de fetichismo da mercadoria, o qual afirma que toda mercadoria esconde, em sua aparência sedutora, as relações sociais de produção e o sofrimento dos próprios produtores dessa mercadoria (os trabalhadores e sua alienação no processo de produção) e esse conjunto são fatores da essência da sociedade capitalista. Se relacionarmos o processo de apreensão do acontecimento político e sua transformação em acontecimento noticioso, perceberemos que, na prática de produção da notícia, também estão presentes os fatores que determinam a notícia e o seu veículo como uma mercadoria.

Acreditamos, assim como Adorno e Horkheimer (1985), que o gesto de produção da notícia da grande imprensa, na sociedade capitalista e neoliberal moderna, pertence à esfera da indústria cultural; com isso, desde o modo como são produzidas as notícias até o teor do discurso jornalístico dos grandes jornais passam a ser importantes difusores ideológicos.

A produção da notícia, enquanto mercadoria que precisa ser vendida e, portanto, atender aos desejos do público-consumidor-leitor, decide a direção dos sentidos que evocará. Dessa forma, pensamos que a seção de política dos jornais manifestaria, de forma mais explícita, as formações ideológicas dos sujeitos envolvidos no espetáculo criado pela imprensa. Orlandi (1998, p.16) diz que “a mídia é lugar de interpretação, ela rege a interpretação para mobilizá-la”. Daí, passamos a investigar como os sentidos são apresentados e como são construídos os acontecimentos nos periódicos gaúchos.

2 Impressos e informação

A mídia impressa, de modo geral, busca passar a seus leitores uma imagem de racionalidade, de objetividade e de compromisso com a verdade, mas essa imagem é obtida com o tratamento que é dado à notícia. Esse tratamento já inicia na seleção do que será noticiado. Arnt (2006) ressalta que a seleção das notícias sempre foi considerada, pelo críticos, um aspecto negativo da imprensa – o jornal é acusado tanto de decidir aleatoriamente o que é noticiável quanto de parcialidade na escolha dos acontecimentos e de unilateralidade nas versões. No entanto, hoje, a seleção da informação torna-se o trunfo do jornal impresso dentre as infinitas possibilidades de acesso digital e em meio ao bombardeio de informações fragmentadas e descontextualizadas que o imediatismo do *online* fez surgir com os jornais da Internet, atualizados a cada minuto. Arnt (2006) reconhece que o jornal impresso é um meio que seleciona – com as imperfeições inerentes a toda escolha - e que assume o papel de fazer um recorte possível dos acontecimentos da sociedade e que o oferece contextualizado e com maior qualidade editorial ao leitor.

Em relação a isso, Hérís Arnt salienta que:

[...] o potencial do jornalismo impresso, na sociedade contemporânea, cada vez mais, está ligado a sua credibilidade, sua ética em última instância. A função ética do jornal confunde-se com a própria função da informação. A nortear os parâmetros éticos dos jornais, existe todo um sistema de avaliação que nasceu com a própria imprensa, baseado num instrumental de novas versões do fatos na edição seguinte, desmentidos, erratas, correspondência dos leitores, notas da redação. Estes mecanismos podem ser muito sutis, e aparentemente pouco importantes, mas são da essência do jornalismo (ARNT, 2006, p. 235-236).

As questões abordadas por Arnt (2006) apontam para a importância da linha editorial do jornal, já que as posições político-sociais assumidas serão, cada vez mais, determinantes na escolha sobre o que publicar. Em vista disso, o problema que se apresenta para a sociedade leitora está na possibilidade, ou não, de identificação, avaliação e validação dos fatos que são veiculados pelos canais impressos; na possibilidade, ou não, de percepção das formas de interpretação dadas aos fatos.

Reconhecer os procedimentos empregados para direcionar uma interpretação de fatos é importante para uma interpretação eficiente. A grande questão para refletir é como identificar qual a linha editorial adotada por um jornal, quais as posições político-sociais assumidas, quando há, insistentemente, nas estratégias de *marketing* dos mais diferentes impressos, a defesa de compromissos com a neutralidade, a imparcialidade e a negação de comprometimento com posições político-sociais?

Podemos comprovar essa dificuldade em determinar qual a posição ideológica adotada pelos jornais gaúchos que fornecerão nosso objeto de análise, se observarmos alguns enunciados publicados em seus manuais ou pelos próprios *sites* de divulgação dos jornais: “Este jornal vai ser feito para toda a massa, não para determinados indivíduos de uma facção”. (CORREIO DO POVO); “[...]é a melhor opção para o leitor gaúcho informar-se com qualidade, através de um jornal moderno e imparcial.” (O SUL); “Comprometidos com os valores assimilados por sociedades civilizadas e decididos a informar com isenção, responsabilidade e independência, [...]”. (ZERO HORA).

Em vista disso, o sujeito leitor de jornal cada vez mais precisa dispor de mecanismos de observação para controlar as condições de circulação da notícia, para que a mídia impressa seja mais responsável em relação ao seu público leitor. Christofolletti (2002) afirma que o leitor pode exercer sua cidadania diante das páginas do jornal que tem nas mãos. O leitor precisa converter-se em cidadão e defender seus direitos de cidadão, enquanto sujeito consumidor de informação o qual tem direito a textos com qualidade técnica e ética, pois “o leitor imperfeito não sabe que tem direitos, e quando está ciente de sua condição, ignora quais são estes direitos” CHRISTOFOLETTI, 2002, p. 261). Para que o leitor exerça a sua cidadania e reivindique seus direitos, a sua leitura precisa ser atenta e interdiscursiva; seu olhar deve vincular os fatos locais com os globais, articulando eventos do passado e refletindo sobre acontecimentos potenciais. “Para isso, basta uma certa dose de senso crítico, aliada a alguma memória, abastecida continuamente com mais informações” (CHRISTOFOLETTI, 2002, p. 262).

No entanto a sociedade ainda precisa acabar com alguns mitos, para que o sujeito leitor possa transformar-se em cidadão leitor crítico e passe a ocupar o seu lugar social. Antes, é necessário acabar com a crença da imparcialidade e da isenção da imprensa. Em vista disso, é fundamental que os sujeitos leitores disponham de formas para avaliar as notícias que leem nos jornais que assinam ou que comprem nas bancas.

3 Práticas para a elaboração da mercadoria notícia

Em “sociedades de discurso” como a nossa, o papel dos jornais é conservar, ou produzir discursos para fazê-los circular entre seus leitores. Segundo Foucault (2007a), o ato de escrever, tal como se apresenta - institucionalizado no livro, no sistema de edição e no personagem do escritor - pode ser visto como pertencente a uma sociedade de discurso que se caracteriza, talvez, pela difusão, mas que não deixa de ser coercitiva. Essa coerção se liga às práticas linguísticas como, por exemplo, da mídia, que impõe uma certa singularidade na maneira de escrever: uma escrita padrão, o uso de infográficos, além de, em alguns casos, o tratamento de imagens que não são compreensíveis a uma grande parcela da população. Essas práticas são impostas porque existe um grupo de indivíduos que se apodera dos discursos com a finalidade de retê-los, usá-los, redistribuí-los. Os impressos fazem parte desse grupo, e seu papel é controlar a distribuição dos discursos em nossa sociedade. Esses discursos são acontecimentos que ganham visibilidade na materialidade dos jornais. Há distribuição não só dos lugares, mas também de tempo de visibilidade; em nome da igualdade, são oferecidos tratamentos diferenciados.

O mesmo acontece com a escrita: “circulando por toda parte, sem saber a quem deve ou não falar, a escrita destrói todo fundamento legítimo da circulação da palavra, da relação entre os efeitos da palavra e as posições dos corpos no espaço comum” (RANCIÈRE, 2009, p.17). Isso ocorre, principalmente, com a ideia de planificação da linguagem. A imprensa, em nome de uma homogeneização, busca tratar todos os temas de maneira igual e passa a padronizar a linguagem. Também em nome do público-alvo, o qual passa a ser considerado como homogêneo, a palavra é rarefeita, limitada, censurada, controlada. Em vista disso, a imprensa transmite para os leitores mais ingênuos a falsa ideia de que publica somente informação, sem interpretação. No entanto, de acordo com os pressupostos da Análise do Discurso (AD), podemos afirmar que não existe linguagem neutra, isenta de opinião. A materialidade linguística empregada na elaboração de cada texto de jornal, por mais apagamentos da subjetividade que possa conter, encerraria a opinião, a posição de quem

escreveu a matéria. O simples fato de um jornal noticiar um assunto e não outro já demonstra que a imprensa tem o poder de escolher o que seus leitores devem ou podem ler. Em *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault (2003), temos que a imprensa há muito tempo era utilizada como forma de pressionar ideologicamente o povo, para submetê-lo às leis e inibir o crime:

A fim de desacreditar os contrabandistas, a '*Compagnie des Fermes*' publicava 'boletins' contando os crimes deles (sic): em 1768, contra um certo Montagne que estava à frente de um bando, ela distribui folhetins de que diz o próprio redator: *foram-lhe atribuídos alguns roubos cuja verdade é bastante incerta....; representaram Montagne como uma besta feroz, uma segunda hiena que tinha que ser caçada; como as cabeças no Auvergne andavam quentes, a idéia pegou* (FOUCAULT, 2003, p. 54-55).

Se há séculos atribui-se à imprensa o poder de influenciar o povo, é porque talvez ela tenha esse poder. Em vista disso, fica a pergunta: se a imprensa manipula os sentidos - ou mais brandamente, interpreta os acontecimentos noticiosos antes de publicá-los - conduzindo o leitor, para que chegue às conclusões que o órgão de imprensa quer que ele chegue, devemos trabalhar com o texto de jornal em sala de aula? A resposta é sim, devemos trabalhar com texto de jornal em sala de aula, e as razões são várias, mas apresentamos apenas duas neste artigo: (a) a formação do leitor competente se faz com muita leitura e contato com diferentes gêneros textuais, e os impressos possibilitam esse contato. Os jornais possibilitam a realização de leituras comparativas de um mesmo fato que virou notícia numa mesma data em diferentes órgãos de imprensa; (b) a formação do leitor crítico se faz com o desenvolvimento da consciência crítica quanto à qualidade da informação. Os diferentes jornais oferecem farto material para que professores desenvolvam a prática de leitura crítica com seus alunos. Isso é possível, se habilidades de leitura forem trabalhadas; convém lembrar que cabe à escola propiciar as condições para que esse leitor se forme.

4 Como se forma um leitor

É dever da escola trabalhar habilidades de leitura. O leitor competente é aquele que atravessa o texto e extrai sentidos que estão postos explicitamente e também – muito mais – extrai aqueles sentidos que estão nas entrelinhas, implícitos. O leitor competente é perspicaz. E como se forma um leitor perspicaz? Com muita leitura orientada. Não é possível desenvolver a competência de leitura nos estudantes, sem que haja um trabalho de orientação do professor.

Alguns conhecimentos precisam ser trabalhados com os discentes, para que desenvolvam as habilidades necessárias para observar a ocorrência de técnicas de apagamento de sentidos e, com isso, fazer leituras mais profundas dos textos que lhes são apresentados. Um leitor competente não se forma em um dia, mas pelo acúmulo de suas práticas de leitura. Alguns conhecimentos que merecem ser observados na prática de leitura de jornais:

4.1 Seleção vocabular

O leitor precisa estar alerta a qualquer mudança na materialidade linguística empregada para compor o texto. Precisa saber que, segundo Erman (2008), a linguagem mediatiza, organiza e hierarquiza as relações humanas. Além disso, que “a palavra pode ser utilitária e desprovida de qualquer alcance ético, servindo para constranger, seduzir, manipular, isto é, para exercer uma violência a partir de um desejo de dominação” (ERMAN, 2008, p. 12). Parece assustador, mas o estudante precisa saber que as notícias, antes de serem publicadas nos jornais, são trabalhadas, moldadas como mercadorias que recebem um tratamento especial antes de serem disponibilizadas para o grande público consumidor de jornais. Em outras palavras, o leitor precisa identificar o alcance semântico dos termos usados na construção da notícia.

4.2 Rarefação do discurso: comentário e controle dos sujeitos que falam

Para Foucault (2007), o modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certo modo, atribuído é reforçado por um conjunto de práticas. Essas práticas são consideradas por Foucault (2007) como técnicas de rarefação dos discursos. Entre as principais técnicas de rarefação do discurso, destacamos o comentário e o controle dos sujeitos que falam. O comentário permite construir indefinidamente novos discursos. Permite dizer algo além do texto mesmo, nas palavras de Foucault:

O comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. (FOUCAULT, 2007a, p. 25).

Em resumo, para Foucault (2007), o novo não está no que é dito no comentário, mas no acontecimento de sua repetição. Se associarmos as palavras de Foucault aos escritos de Courtine (2006), veremos que o discurso da imprensa trabalha com o discurso repetido, mas, a cada retorno, a repetição não é mesma. O comentário é feito por uma nova fonte que reatualiza outros saberes e produz novos efeitos de sentido.

Em relação ao controle dos sujeitos que falam, para Foucault (2007), não se trata de dominar os poderes que eles têm nem de conjurar os acasos de sua aparição; trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que pronunciam as palavras certo número de regras, e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso à palavra.

Rarefação dos sujeitos que falam [...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. A rarefação reduz a uma só figura todas as coerções do discurso: limitam seus poderes, dominam suas aparições aleatórias e selecionam os sujeitos que falam. O **ritual** define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam; define os gestos, os comportamentos; as circunstâncias e todo conjunto de signos que deve acompanhar o discurso[...] (FOUCAULT, 2007, p. 39).

Ao realizar a leitura de impressos, é importante observar: quem é que foi autorizado a entrar na ordem do discurso e dar o seu depoimento; quem é que foi autorizado a fazer um comentário sobre o acontecimento noticiado; que tipo de comentário foi feito. Essas práticas de leitura ajudam a formar um leitor eficiente.

5 Alguns exemplos

Apresentamos, a seguir, algumas sequências discursivas (Sds) extraídas de três jornais gaúchos sobre um mesmo assunto - publicadas em mesma data - para comprovar que a mercadoria notícia recebe diferentes tratamentos pelos órgãos de imprensa.

Sd 1 - A Governadora criticou pedido de recursos do legislativo alegando que “dinheiro não cai da árvore”. (**Zero Hora** – Quarta-feira, 4 de julho de 2007, p.8)

Sd 2 - Yeda ironiza pedido da Assembleia e diz que “dinheiro não nasce em árvore”. (**Correio do Povo** - Porto Alegre, quarta-feira, 4 de julho de 2007, p....)

Sd 3 - Se a governadora conhecesse a fundo os projetos de arranjo florestal e sua implantação no Rio Grande do Sul, perceberia que, aqui, o dinheiro pode sim, “dar em árvores”. (**O Sul** – Flávio Pereira – Porto Alegre, quarta-feira, 4 de julho de 2007, p....)

As sequências discursivas 1, 2 e 3 representam como os três jornais gaúchos transformaram em notícia a fala da Governadora Yeda Crusius, proferida no dia 3 de julho de 2007, no *Programa Conversa com a Governadora* da Rádio do Palácio Piratini. À pergunta por que [ela governadora] não sancionaria o pedido de aumento feito pelos parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado, a governadora respondeu: *Se não tem, não adianta, que dinheiro não cai da árvore*. As palavras da governadora foram essas, mas a forma como os três jornais discursivizaram a sua fala foi diversa. Encontramos aí diferenças na *seleção vocabular* feita para compor cada texto/discurso e também *comentários* diferenciados em relação ao conteúdo de sua fala.

Com uma leitura comparativa mais atenta, é possível ver que a mudança na materialidade linguística empregada na construção de cada notícia proporcionou diferentes efeitos de sentido. Ironizar e criticar constituem diferentes saberes. Também: pedido de recursos do legislativo e pedido da Assembleia – sem especificação de qual foi o pedido – não apresentam idêntico efeito de sentido. Quanto ao dito popular: “dinheiro não nasce em árvore”, que foi transformado pela governadora em “dinheiro não cai da árvore”, aparece nos três jornais com materialidades linguísticas diferentes, mas, mesmo assim, com aspas, indicando a atribuição dessas palavras à governadora. As diferenças da seleção vocabular apresentada pelos jornais – em relação à fala da governadora – podem ser atribuídas ao tratamento dado à notícia: não fica bem para uma governadora errar um dito popular, daí a edição. Aliás, a linguagem usada pela governadora foi completamente inadequada à situação de uso. Uma governadora, falando em um programa de rádio oficial como autoridade e não como cidadã, deveria, no mínimo, usar outros termos para responder ao repórter. Talvez, se tivesse dito que não há recursos, não há verbas no erário, e que, por essa razão, não concederia o aumento ao legislativo, suas palavras não teriam transformado-se em mercadoria notícia e em motivo de deboche pelo colunista do jornal *O Sul*, o qual a chamou de desinformada, em seu comentário.

Em vista dos exemplos apresentados, é possível sim afirmar que a imprensa interpreta os fatos antes de vender a notícia para o público-leitor-consumidor de jornal.

6 Considerações finais

Há sempre batalhas discursivas movendo a construção dos sentidos na sociedade. Motivo de disputa, signo de poder, a circulação dos enunciados é controlada, de forma a dominar a proliferação dos discursos, conforme Foucault (2007). Por isso, aquilo que é dito

tem de, necessariamente, passar por procedimentos de controle, de interdição e de segregação dos conteúdos. Por serem produtos de práticas sociais e historicamente determinadas, as maneiras de se utilizarem as possibilidades do discurso são reguladas, regulamentadas: não se pode, absolutamente, falar de uma coisa qualquer num lugar e tempo qualquer.

Não raras vezes, as palavras sofrem a interdição que define papéis e define o que pode e deve ser dito. De certa forma, os jornais impressos praticam a interdição. A mídia impressa controla a participação do público de uma publicação mediante edição e interpretação de suas falas. Essas práticas em veículos de comunicação impede que as resistências se tornem visíveis. A imprensa enquanto instituição legitimada pela história ocupa um lugar de privilégio: o espaço público em que pode produzir, entre outros textos, discursos sobre a política de nosso país.

Leitores conscientes que desenvolveram as habilidades de leitura são capazes de detectar tentativas de manipulação da informação. Pelas razões expostas anteriormente, é importante desenvolver habilidades de leitura em estudantes, para que possam tornar-se leitores críticos.

Referências

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ARNT, Hérís. Do jornal impresso ao digital: novas funções comunicacionais. In: HOHLFELD, Antonio; BARBOSA, Marialva. (Orgs.) **Jornalismo no século XXI: a cidadania**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. p. 223 -238.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Do leitor imperfeito ao cidadão mais-que-perfeito: um ano do sítio monitor de mídia. In: HOHLFELD, Antonio; BARBOSA, Marialva. (Orgs.) **Jornalismo no século XXI: a cidadania**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. p. 260 -274.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, quarta-feira, 04 de julho de 2007, ano 113 - n. 303, capa, p. 5.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.

ERMAN, Michel. As ambiguidades da fala política. In: **Conexão Letras. História, linguística & literatura**/ Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. – v. 3, n. 3. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. p. 11-18.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **A ordem do discurso**. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HISTÓRIA O Sul. Disponível em: <<http://www.redepampa.com.br/novo/inicial.php?secao=2&evento=2&idnoticia=297&PHPSESSID=5pg1rfc74ou2kr7k4f0gj8tc97>>. Acesso em: 16 nov. 2009.

HISTÓRIA **Zero Hora**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/zero_hora>. Acesso em: 16 nov. 2009.

ORLANDI, E. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2009.

O SUL. Porto Alegre, quarta-feira, 04 de julho de 2007, ano 7, n. 2624, p. 8.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 1988.

ZERO HORA. Porto Alegre, quarta-feira, 04 de julho de 2007 – ano 44, n. 14.401 – 2. ed. p. 8.